

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Preço da gasolina no Rio sobe 1,25%, para R\$ 4,178	2
Título: Nota.....	3
Título: Crime e escolha.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	5
Título: Aneel aprova edital de leilão de 4 usinas da Cemig.....	5
Título: Vale entra em reta final para conversão de ações	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Novo plano de concessões mira investimento de longo prazo	7
Título: Aneel aprova edital de leilão de usinas da Cemig em setembro; caso vai ao STF.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: Contas de luz e combustíveis puxam alta do IPCA em julho, dizem analistas.....	12
Título: Refino e metalurgia recuam e produção baiana cai 11% em junho	13
Título: Politização afunda a estatal petrolífera da Venezuela	14
Título: Aneel aprova leilão de usinas da Cemig e mantém outorga	16
Título: Petrobras deve ter lucro achatado por provisão sobre Plano Petros.....	18
Título: Repsol Sinopec elogia mudança regulatória.....	20
Título: Após 2 anos, programa de estatais da B3 ganha adesões.....	22
Título: Conversão de ações PNA em ON deve superar piso de 54% fixado pela Vale	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez e Chico Prado****Título: Preço da gasolina no Rio sobe 1,25%, para R\$ 4,178**

Combustível avança 0,37% no país com alta de imposto

Os preços de gasolina, etanol hidratado (álcool) e diesel tiveram novos aumentos na semana passada, depois da forte elevação registrada na semana anterior. O custo do combustível reage à alta das alíquotas do PIS/Cofins nos produtos, apesar do recuo do governo, que, no dia 28 de julho, decidiu reduzir parte da alta do imposto. A elevação da alíquota do PIS/Cofins sobre o etanol cobrado ao distribuidor foi reduzida de R\$ 0,1964 por litro para R\$ 0,1109 por litro.

De acordo com a pesquisa de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na semana de 30 de julho a 5 de agosto, a gasolina no Brasil registrou um reajuste médio de 0,37%, passando a custar R\$ 3,763 o litro contra os R\$ 3,749 da semana anterior, quando havia registrado a maior alta de preços em uma semana (8,22%) desde a criação da pesquisa da ANP em 2004.

Na cidade do Rio de Janeiro, a gasolina aumentou 1,25%, passando a ser vendida a R\$ 4,178 o litro, contra R\$ 4,126 na semana anterior. Em comparação aos preços de venda da gasolina na semana de 9 a 15 de julho, os preços da gasolina subiram 8,63%. No Estado do Rio, o preço médio do combustível foi de R\$ 4,180 o litro na semana passada, 1,35% superior aos R\$ 4,124 da medição anterior. — Os preços estão variando muito porque distribuidoras alteram seus preços, em alguns casos, até duas vezes num mesmo dia. Mas o setor enfrenta queda nas vendas, desde o ano passado, de 30% a 40% — destacou Ricardo Lisbôa, presidente do SindEstado-RJ.

O aumento do imposto foi uma das medidas adotadas pelo governo para reforçar a arrecadação e tentar cobrir o rombo das contas públicas. O governo ainda tenta aumentar as receitas com leilões de concessão previstos para este ano enquanto discute o aumento do déficit fiscal de 2017 e do próximo ano. Ao todo, 17 estados e o Distrito Federal registraram aumento de preços na semana passada em relação à anterior.

Já o etanol hidratado no município do Rio, de acordo com a pesquisa da ANP, foi vendido na semana passada a R\$ 3,234 o litro, uma elevação de 3,32% em relação aos R\$ 3,130 da semana anterior. Em comparação aos R\$ 3,024 cobrados na semana de 9 a 15 de julho, houve alta de 6,94%. Já o preço do óleo diesel vendido no município do Rio na semana passada foi de R\$ 3,143 o litro. O valor é 0,09%

maior do que os R\$ 3,140 da semana anterior. Em comparação com a semana de 9 a 15 de julho, o produto foi vendido com uma alta de 4,65%.

PROGRAMA DE ESTATAIS

Em evento realizado ontem em São Paulo, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que a companhia recebeu da B3 (antiga BM&F Bo-vespa) o certificado de que foi aceita no programa de governança de estatais. — É um reconhecimento importante do trabalho que está sendo feito em relação à governança — disse o executivo.

Segundo Parente, um dos objetivos de aderir ao programa é "evitar que problemas do passado (casos de corrupção) se repitam"!

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Interesse pelo petróleo

A ANP festejou, ontem, o interesse de 36 empresas de petróleo na 14ª Rodada, a ser realizada em 27 de setembro. Ao todo, serão ofertados 287 blocos em nove bacias sedimentares.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Miriam Leitão

Título: Crime e escolha

Foi crime. O que houve em Mariana que matou 19 pessoas, destruiu um povoado, atingiu o Rio Doce com violência foi crime. Seja o que for que um juiz considere sobre o momento exato de parar uma escuta judicial, o que aconteceu lá tem vítimas fatais e consequências ainda não revertidas. Não foi por acaso: as empresas foram negligentes, assumiram riscos de atingir o meio ambiente e os seres humanos.

A lama não será tirada do epicentro da tragédia. É irreversível. Não é possível limpar o local onde a maior parte da lama despençou. O rio vai demorar anos a se recuperar do golpe, se um dia o conseguir. O povoado que seria reconstruído ainda não o foi. As empresas alegam que depositaram recursos suficientes num fundo, mas que o processo é lento mesmo. As pessoas atingidas têm que viver

todos os dias com os efeitos da tragédia, e o provisório. Os índios Krenak enfrentam desdobramentos inesperados, como a mudança de seus hábitos e rotinas, porque agora, em vez de pescar, recebem dinheiro. Desde a chegada dos não índios no Vale do Rio Doce, os Krenak resistiram preservando sua cultura. Hoje, isso se desfaz.

Foi crime. A Vale, a BHP e a Samarco, controlada de ambas, são empresas de mineração e sabem que a atividade é altamente agressiva ao meio ambiente. Por isso, deveriam ter planos de contingência, deveriam ter cuidado redobrado. E não tiveram. Decidiram que o rio e a sua gente correriam riscos. O rio e sua gente não sabiam dos riscos que corriam, mas os administradores das empresas, sim.

Vale e BHP não se bicam e são sócias. Cada uma tem a metade exata das ações. Resultado: nenhuma das duas assumiu a administração da Samarco e a empresa virou terra de ninguém. Se são donas, são responsáveis. A governança da empresa, por ter essa composição de capital, ficou frágil e deficiente. Todos eles sabiam. E assim ficava. Fingiam não ver que isso poderia levar a um desastre.

Há muito as grandes empresas de mineração sabem que precisam evoluir no tratamento que dão aos rejeitos. Já há tecnologia disponível. Portanto, o que elas não viram no reservatório de Fundão foi por cegueira deliberada. O Brasil tem aprendido o que é esse conceito nas sentenças que condenam os responsáveis por corrupção.

O combate à corrupção tem ensinado muito ao Brasil. O Direito, que é prisioneiro de excessivos formalismos, muitas vezes mantém impunes os responsáveis por crimes. Houve ações de investigação que levaram a processos interrompidos por advogados por algum pequeno detalhe formal. E, com isso, a ação era anulada. Bastava, portanto, ter um bom advogado que ele procuraria o defeito no processo. Não se fala aqui de grandes ilegalidades que devem derrubar as ações, mas sim de filigranas jurídicas. O juiz de Ponte Nova acha que, se a escuta foi além do que estabelecia a ordem judicial, todo o processo pode ser suspenso, sob risco de anulação. O Ministério Público disse que não houve essa interceptação telefônica excedente. Mas, se tiver ocorrido, há alternativas, como a de não considerar qualquer prova decorrente do prazo excessivo de escuta. Mas ele preferiu suspender o processo e falar em risco de anulação.

Imagine se por um atraso na suspensão de uma escuta for anulada a ação criminal sobre o maior desastre ambiental do Brasil, e com vítimas fatais? Que informação estaremos passando? A de que empresas irresponsáveis podem continuar fazendo o que fazem contra a vida humana e a integridade do meio ambiente.

O Código de Mineração enviado ao Congresso pelo governo não obriga as empresas a fazerem plano de contingência e a contratarem seguro. No governo

Dilma, o projeto de lei proposto antes da tragédia de Mariana também não tinha essa exigência e, na época do rompimento da barragem, tudo estava se encaminhando para que o relatório do deputado Leonardo Quintão desse mais direitos às mineradoras, em vez de proteção à população. Dois anos depois da tragédia, o que as empresas querem de novo é menos custos, mesmo que à custa de mais riscos para o país e seu meio ambiente.

Se o Brasil não punir os responsáveis pelo desastre de Mariana e ainda fizer um código de mineração que proteja as empresas, e não o seu povo, é porque escolheu repetir a tragédia de Mariana. É uma escolha. A pior delas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Aneel aprova edital de leilão de 4 usinas da Cemig

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital de um leilão para concessão de quatro hidrelétricas da Cemig, a estatal de energia de Minas Gerais. O leilão das usinas foi marcado para o dia 27 de setembro, na B3, em São Paulo. O edital manteve a projeção do governo de arrecadar pelo menos R\$ 11,055 bilhões com a oferta das usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. O leilão foi transformado em peça fundamental do governo para tentar amenizar o rombo das contas públicas.

Havia expectativa de que esse valor de referência pudesse sofrer alterações, após o Tribunal de Contas da União (TCU) ter solicitado mudanças técnicas nas estimativas de custos e receitas dos empreendimentos, mas a agência manteve os valores de referência para a aprovação do edital. Entre as quatro usinas, São Simão será a mais cara, com exigência de oferta mínima de R\$ 6,7 bilhões.

A Cemig recorreu ao TCU para paralisar o leilão. O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que a área técnica do tribunal rejeitou o pedido, que será submetido ao plenário hoje. A tendência é de que o ministro relator do processo, Aroldo Cedraz, confirme o posicionamento adotado pela área técnica.

A estatal mineira tenta paralisar o processo por discordar dos termos impostos pelo governo para o fim de suas concessões. Além de bater na porta do TCU, a Cemig também apelou para o Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo liminar para parar o processo. A 2.a Turma do STF marcou para dia 22 o julgamento do recurso. Para a Aneel, o processo judicial não traz impedimento para que o processo do leilão avance.

No pedido de liminar apresentado ao TCU no dia 14 de julho, a Cemig sustentava que haveria, no leilão, supostas violações à legalidade e ao interesse público. O tribunal, no entanto, não acatou os argumentos.

As quatro usinas que vão a leilão envolvem contratos de concessão que venceram entre agosto de 2013 e fevereiro de 2017. A concessionária mineira não aceitou prorrogar os contratos nas condições definidas pela lei e decidiu entrar na Justiça para tentar renovar suas concessões com base em regras anteriores à lei de 2013, que estabelece os parâmetros de renovação.

A Cemig chegou a obter, por mandado de segurança apresentado ao Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2013, liminar favorável à manutenção da concessão da Hidrelétrica de Jaguará, mas teve o pedido negado na apreciação do mérito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Vale entra em reta final para conversão de ações

Janela para a adesão à troca dos papéis termina na sexta-feira e selará o destino da reestruturação da mineradora.

A Vale está no fim do processo para conversão voluntária de suas ações preferenciais classe A (PN) em ordinárias (ON). A janela para a adesão à troca dos papéis termina na sexta-feira e vai selar o destino da reestruturação societária da mineradora. Para que ela siga em frente, é preciso que 54,09% dos acionistas da Vale optem pela mudança proposta pela companhia. O mercado e a própria mineradora têm se mostrado otimistas em relação ao sucesso dessa etapa, mas acionistas preferencia-listas relevantes como a americana Capital Group ainda não se posicionaram.

Detentora de 20,9% das ações preferenciais da Vale, a gestora chegou a recorrer à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para interromper a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que votou a proposta de unificação. Os fundos da Capital argumentaram que a relação de troca de 0,9342 ação ON (Vale 3) para cada ação PN (Vale 5) é desvantajosa e distante das melhores práticas de mercado. Os fundos falavam em expectativa de prejuízo para os dissidentes da conversão, por risco de perda de valor das preferenciais em decorrência da diminuição de sua liquidez e na potencial perda do direito de eleger membro do conselho de administração. O Estadão/Broadcast questionou a gestora sobre sua participação, mas não obteve retorno.

O efeito de uma abstenção da Capital, entretanto, é incerto. Pode dificultar que os 54,09% das PN sejam alcançados, mas não impede por si só. A perda de liquidez das PN caso se atingido o piso de conversão é um dos argumentos daqueles que recomendam a troca dos papéis. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou em entrevista à Empiricus Research que em caso de migração maciça a liquidez das preferenciais será muito reduzida, afetando seu valor.

Surpresa. O analista do JPMorgan, Rodolfo Angele, avalia que se a transação não se concretizar será uma surpresa. Ele enxerga uma forte adesão dos fundos ativos, com maior peso entre os acionistas. "Em geral os fundos ativos veem sentido na transação por trazer uma melhoria de governança. A grande maioria deve converter seus portfólios."

Para Marcos Saravalle, da XP Investimentos, a continuidade da reestruturação societária, que pretende tornar a Vale uma companhia sem controlador e listada no Novo Mercado, deve ajudar a reduzir o desconto dado às ações da companhia em relação a seus pares no setor. Ele acredita que o mercado já precificou boa parte dos ganhos com a operação na data de seu anúncio, em fevereiro deste ano, mas que ainda haverá ganhos graduais para o papel no médio e longo prazos.

Contrário à proposta da Vale desde o início, o minoritário Victor Adler, da VIC DTVM, afirma que nesse primeiro momento não vai converter sua posição. "Mesmo que muita gente vá aderir o papel ainda vai continuar tendo uma liquidez considerável. Então não vejo motivo para abrir mão de 8% da minha posição (diluição dos papéis) e da preferência de receber dividendos. Quero ver primeiro a Vale apresentar resultados".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Novo plano de concessões mira investimento de longo prazo

Para tentar destravar investimentos superiores a R\$ 220 bilhões em obras estruturais, o governo prepara um plano nacional de concessões de infraestrutura que deve dar previsibilidade aos leilões, como hoje ocorre no setor elétrico.

O projeto está sendo conduzido pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e, segundo o secretário-executivo, Adalberto Vasconcelos, a minuta final será discutida com o presidente Michel Temer no fim deste mês. As decisões do plano de concessões serão tomadas por um conselho ligado ao presidente da República e que terá entre seus integrantes a secretaria do PPI.

O planejamento segue o modelo do setor elétrico, que tem diretrizes de longo prazo e cronograma com previsão de ações até 2024. O trabalho está sendo realizado pela EPL (Empresa de Planejamento e Logística) e definirá prioridades para os anos de 2018, 2019, 2020, 2025, 2030 e 2035.

Simulações iniciais da EPL indicam que já seria preciso privatizar rodovias para atrair investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões até 2025. Há projetos para ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias.

No setor de aeroportos, além de uma nova rodada de concessões, o governo planeja fazer a primeira PPP (Parceria Público-Privada).

Uma outra mudança é o lançamento de um sistema que tornará público tudo o que for ser privatizado. Trata-se de uma plataforma informatizada desenvolvida em parceria com a EPL e que mapeou os gargalos nacionais de logística.

"Se não houver dinheiro para uma rodovia, o sistema vai mostrar que ela precisará ser concedida à iniciativa privada três anos antes, por exemplo [para evitar o gargalo]", disse o secretário do PPI.

O sistema também visa tirar obstáculos para o investimento estrangeiro no país.

"Em nossas conversas com estrangeiros, eles diziam que o Brasil é um mercado importante, mas reclamavam que os editais demoravam para serem publicados. Quando saíam, já não havia tempo hábil para que se qualificassem", disse Vasconcelos.

Uma outra medida que já havia tomada para atrair o investimento externo foi a ampliação de 45 para cem dias o prazo entre o edital e a disputa dos projetos do PPI.

BALANÇO

Até o momento, o governo concluiu 54% dos 89 projetos inscritos no PPI. Os 48 projetos atraíram R\$ 23 bilhões em investimentos e levaram aos cofres da União cerca de R\$ 6 bilhões em outorgas.

Neste semestre, a expectativa é que sejam realizados os leilões do pré-sal e de blocos exploratórios, as quatro usinas da Cemig (São Simão, Miranda, Volta Grande e Jaguará) e a Lotex (loteria conhecida como "raspadinha").

No total, esses projetos devem movimentar cerca de R\$ 21 bilhões.

No pacote, podem entrar ainda novas concessões de rodovias, como um trecho da BR-153, as BRs 364 e 365, e o aeroporto de Viracopos (Campinas, no interior de São Paulo), que foram devolvidas e serão relicitadas. Três linhas de transmissão que encalharam no último leilão serão colocadas à venda novamente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Carolina Linhares****Título: Aneel aprova edital de leilão de usinas da Cemig em setembro; caso vai ao STF**

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (8) o edital de um leilão para concessão de quatro hidrelétricas da Cemig, a estatal de energia de Minas Gerais. A licitação depende ainda de decisões judiciais e do TCU (Tribunal de Contas da União).

O governo pretende arrecadar até R\$ 11 bilhões de reais com a cobrança de bônus de outorga na licitação. O leilão está previsto para setembro.

A realização do leilão é questionada pela Cemig. As usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande representam 50% da geração de energia da estatal mineira. "É uma parcela importantíssima, significa a sobrevivência saudável da empresa", afirmou à **Folha** o presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga.

No entendimento da Cemig, o contrato de concessão das usinas, de 1997, dá direito a uma renovação automática por 20 anos, o que se aplicaria às três primeiras hidrelétricas —Volta Grande já foi renovada e venceu novamente neste ano.

A AGU (Advocacia-Geral da União) argumenta, porém, que o governo tem a palavra final sobre renovar ou não a concessão. O STF (Supremo Tribunal Federal) marcou para o dia 22 de agosto uma decisão sobre a permanência das usinas com a Cemig.

"Gostaríamos que fosse entendido que nós temos um contrato que nos dá direitos que estão assegurados. E seria interessante preservar isso pela própria segurança jurídica do país. Isso não é um bom exemplo", diz Alvarenga.

PROPOSTA

A Cemig tenta negociar com o governo federal para seguir com a concessão das usinas. A proposta prevê um consórcio com duração de 30 ou 50 anos, com pagamento de R\$ 6,5 bilhões ou R\$ 9,5 bilhões respectivamente. No primeiro caso, a estatal teria 55% do consórcio e, no segundo, 33%.

A conta considera que a Cemig tem direito a 20 anos de concessão em três usinas, descontando o tempo já decorrido. No caso de Jaguará, cuja concessão venceu em 2013 e foi mantida até agora por decisões liminares na Justiça, restariam 16 anos de exploração.

O governo, no entanto, rejeitou a ideia e conta com a receita do leilão para abater o déficit previsto de R\$ 139 bilhões para 2017. Para Alvarenga, usar o leilão para tapar o Orçamento é uma "perversidade", pois o leilão representa "um pinga d'água no oceano".

Como contraproposta, o governo federal ofereceu uma indenização de R\$ 1,03 bilhão à Cemig.

"Mesmo que o governo possa desconsiderar o que está no contrato com a Cemig, não resta dúvida de que ele teria que indenizar. Reconhecendo isso, ele fixou R\$ 1 bilhão unilateralmente, mas isso não é suficiente", afirma Onofre Batista, advogado-geral de Minas Gerais.

Uma frente formada em defesa da Cemig, que conta com deputados estaduais e federais, foi a Brasília nesta terça para conversar com o ministro do STF Dias Toffoli sobre a questão. O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), também participou.

A frente, coordenada pelo deputado estadual Rogério Correia (PT), pediu a Toffoli que marque uma audiência de conciliação para obrigar uma negociação formal com o governo. "Com oposição, situação, empresários e trabalhadores, a reunião representou uma unidade grande e saímos animados no sentido de que ele pode buscar uma alternativa", disse Correia.

Para aumentar a pressão, o deputado federal Fábio Ramalho (PMDB-MG), vai propor à bancada mineira, em reunião nesta quarta-feira (9), que os parlamentares não votem com o governo até que haja a negociação.

Os parlamentares se encontraram ainda com o ministro Aroldo Cedraz, do TCU. A Cemig também questionou a realização do leilão na corte e a decisão está prevista para quarta.

"Questionamos no TCU que o governo federal esteja se financiando às custas do consumidor com esse modelo de leilão adotado. A empresa que pagar os R\$ 11 bilhões vai repassar a conta para o consumidor, e o governo satisfaz a sua necessidade de caixa imediata", diz Batista.

Para a AGU, a manutenção da concessão da Cemig é que implica "efetivo prejuízo para a necessária redução de tarifas para os usuários de energia elétrica". Isso porque renovações feitas a partir de 2012 em outras usinas impuseram tarifas menores.

Para a AGU, a manutenção da concessão da Cemig é que implica "efetivo prejuízo para a necessária redução de tarifas para os usuários de energia elétrica". Isso porque renovações feitas a partir de 2012 em outras usinas impuseram tarifas menores.

Das hidrelétricas oferecidas na licitação, a usina São Simão, com 1,7 gigawatt em capacidade, tem outorga de R\$ 6,74 bilhões; a usina de Jaguará, com 424 megawatts, de R\$ 1,9 bilhão. Na usina Miranda, a outorga será de R\$ 1,1 bilhão, enquanto em Volta Grande o valor é de R\$ 1,29 bilhão.

Com uma dívida na ordem de R\$ 15 bilhões, a Cemig traçou um plano de desinvestimento e negociação com bancos. Até 2018, pretende vender de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões em ativos.

PARA ENTENDER

A renovação da concessão das usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguara e Miranda, vencidas respectivamente em 2015, 2013 e 2016, se tornou alvo de disputa judicial entre a Cemig, estatal mineira de energia, e a União há cinco anos.

Em 2012, a então presidente Dilma Rousseff (PT) editou a Medida Provisória 579, que dava às empresas a chance de renovar por 30 anos concessões que venceriam nos anos seguintes, mas com piores condições.

As concessionárias seriam remuneradas somente pela sua operação e manutenção, o que representou redução de receitas e da tarifa de energia. Entendendo que seu contrato de concessão, firmado em 1997, garantia renovação automática por 20 anos para as três usinas em questão, a Cemig não aderiu à MP e buscou manter na Justiça a sua exploração com regras mais vantajosas.

A legislação, contudo, previa que as usinas não renovadas pela MP seriam licitadas a outras empresas, o que o governo busca fazer neste ano para tentar equilibrar as contas. O leilão das hidrelétricas renderia R\$ 11 bilhões à União. "Cabe registrar que foi regularmente oportunizada à empresa a aceitação das novas condições introduzidas pela Medida Provisória 579/2012. Contudo, houve recusa na adesão ao novo modelo, o que conduziu o poder concedente à inequívoca conclusão de que o contrato de concessão não seria prorrogado", afirma a AGU (Advocacia-Geral da União).

A AGU defende ainda que a renovação pleiteada pela Cemig "não configura direito adquirido", ao contrário, "sempre se tratou de mera expectativa de direito". "As cláusulas regulamentares do contrato de concessão indubitavelmente podem ser alteradas unilateralmente pelo poder concedente", afirma o órgão.

Para o presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, essa interpretação é "surpreendente". "Ou seja, eu posso te desapropriar e, se você achar que está levando prejuízo, deve procurar seus direitos. Isso nós não concordamos porque entendemos que temos esse direito e não queremos simplesmente ser ressarcidos", diz.

Alvarenga afirma que existe um arsenal de ações na Justiça que discutem a concessão das três usinas. "É um risco para qualquer empresário entrar nesse leilão e saber que tem essa quantidade de ações na Justiça. E os empresários, nacionais e internacionais, estarão amanhã sujeitos a uma desapropriação igual a essa da Cemig. Que segurança jurídica nós temos no país em relação a isso?", questiona.

A estatal mineira busca uma solução negociada e de consenso com o governo federal. As propostas, no entanto, foram rejeitadas até agora. "Um eventual acordo seria vulnerável à contestação por outras partes interessadas e por órgãos de controle, o que o torna não recomendável", diz a AGU.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Ana Conceição****Título: Contas de luz e combustíveis puxam alta do IPCA em julho, dizem analistas**

Após a primeira deflação desde 2006, em junho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu em julho, puxado pelo aumento em dois itens administrados: conta de luz e combustíveis. Segundo a média das estimativas de 25 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor Data, o indicador registrou alta de 0,18% no mês passado, após queda de 0,23% em junho.

As projeções para a taxa que o IBGE divulga hoje variam de elevação de 0,08% a 0,23%. Se confirmada a média das expectativas, a inflação acumulada em 12 meses deve chegar a 2,65%, desacelerando dos 3% acumulados até junho.

O acionamento da bandeira amarela nas contas de luz foi o principal fator de pressão sobre o IPCA de julho, no cálculo de Luiz Fernando Castelli, da GO Associados. "Reajustes de tarifas em São Paulo e Curitiba também devem pesar no índice", afirma o economista, que estima alta de 5,55% para o item, devolvendo a queda de 5,52% registrada no mês anterior. Para a GO, o IPCA deve subir 0,20%.

Márcio Milan, da Tendências, prevê aumento um pouco menor, de 3,95%, na tarifa de energia elétrica por causa da bandeira amarela e projeta alta um pouco menor, de 0,16%, para o IPCA de julho.

A alta nas contas de luz é efeito da transição da bandeira tarifária verde, que vigorou em junho, para a amarela, que elevou as tarifas em R\$ 2 a cada 100 MWh consumidos. A bandeira mudou de cor por causa do baixo volume de chuvas registrado em junho, situação que continuou em julho e provocou o acionamento do patamar 1 da bandeira vermelha, o que vai encarecer as contas também em agosto. Adotado em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias repassa aos consumidores os gastos extras com a operação de termelétricas nos períodos de pouca chuva.

Os combustíveis vêm em seguida na lista de maiores impactos na inflação do mês passado. Muito forte, o aumento do PIS/Cofins sobre esses produtos deve ter tido efeito não desprezível já em julho, apesar de o aumento da tributação sobre gasolina, álcool e diesel ter começado a valer apenas no dia 21. "O aumento do imposto foi muito forte. Por mais que tenha sido no fim do mês, houve impacto nos preços", afirma Milan.

Por causa da frustração de receitas que ameaça a meta de déficit primário em 2017, de R\$ 139 bilhões, o governo mais que dobrou o PIS/Cofins sobre a gasolina, de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 por litro. Sobre o diesel, passou de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615. No caso do etanol, um aumento de quase R\$ 0,20 chegou a vigorar por uma semana, mas foi reduzido para R\$ 0,1109 por litro após as usinas de cana alegarem que havia um erro de cálculo na elevação do tributo.

A Tendências prevê aumento de 1% na gasolina e queda de 2% no etanol em julho. Em junho, o derivado de petróleo caiu 2,84% e o cana recuou 4,66%. Essa combinação deve levar o grupo transportes a subir 0,5% no IPCA, após queda de 0,52% no mês anterior.

A expectativa do Bradesco para o IPCA é de alta de 0,15%, também refletindo parte do efeito da elevação dos combustíveis. Os núcleos devem continuar em patamar "bem comportado", assim como alimentação, que deve seguir no campo deflacionário. "Não vemos pressões altistas da inflação e mantemos cenário de elevação do IPCA de 3,4% neste ano", dizem analistas do banco em relatório.

O grupo alimentação ainda registrará deflação, embora em menor medida que em junho, ajudando a limitar a alta do IPCA, que deve ter a menor variação desde 2014, quando subiu 0,01%.

"Os alimentos virão com queda um pouco menos acentuada, mas ajudarão a compensar parte da alta dos administrados", diz Milan, da Tendências. O grupo vestuário também deve desacelerar, por causa do fim da estação e das liquidações para troca de coleção, assim como os artigos de residência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Bruno Villas Bôas

Título: Refino e metalurgia recuam e produção baiana cai 11% em junho

Pressionada pelo fraco desempenho das atividades de refino e metalurgia, a indústria da Bahia produziu 10,9% a menos em junho, na comparação ao mesmo período de 2016. Foi a 16ª queda consecutiva nessa base de comparação, conforme dados divulgados pelo IBGE.

O tombo do setor na Bahia foi o que mais pesou negativamente na produção nacional no mês, que cresceu 0,5% frente a junho do ano passado. No período, 8 de 15 regiões pesquisadas elevaram a produção, com destaque para Rio (3,1%) e São Paulo (0,8%).

Segundo o superintendente de desenvolvimento industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Marcus Emerson Verhine, o fraco desempenho reflete o perfil do setor no Estado, mais concentrado em ramos que passam por momento de resultados negativos.

Em junho, a produção de derivados do petróleo e biocombustíveis no Estado - cerca de 30% do valor da indústria local - teve queda de 15,3% frente ao mesmo período do ano passado.

Outro setor relevante com forte baixa é o de metalurgia, com redução de 38,6% na produção na base de comparação anual. O tombo teria origem na redução da atividade da Paranapanema, produtora e líder de vendas de cobre refinado.

Com a forte queda da produção industrial baiana, a região Nordeste registrou queda de 4% na comparação a maio deste ano e de 5,1% frente a junho do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Alexandra Ulmer e Marianna Parraga

Título: Politização afunda a estatal petrolífera da Venezuela

Para sobreviver a meses de protestos nas ruas e a uma economia em queda livre, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, fez da petrolífera PDVSA seu bastião de apoio, o que debilitou mais a estatal, já em situação vulnerável.

Indicados políticos ganharam mais influência à custa de executivos veteranos da área de petróleo, enquanto funcionários sofrem pressões cada vez maiores para participar de comícios de apoio e para votar no governista Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Esse foco cada vez maior na questão política, em vez de no desempenho, vem contribuindo para a rápida deterioração da indústria petrolífera da Venezuela, dona das maiores reservas de petróleo do mundo, e para uma fuga de talentos da empresa, que já teve uma qualidade internacional.

Entrevistas com mais de 20 funcionários atuais e antigos, executivos de petrolíferas estrangeiras e fornecedores indicam uma PDVSA em colapso. "Tudo é um desastre e, ainda assim, temos que aplaudir", disse uma funcionária, que pediu para não ser identificada por medo de retaliação.

Depois de quatro meses de protestos, marcados por mortes, contra o impopular presidente, a nova direção da empresa pressiona cada vez mais os funcionários

para que participem dos comícios do PSUV e, às vezes, pede cartas para explicar eventuais ausências.

Gerentes disseram a funcionários que seriam demitidos se não votassem na polêmica eleição de 30 de julho, convocada por Maduro para escolher uma Assembleia Constituinte, que foi amplamente denunciada como um passo do país em direção a uma ditadura.

Os críticos há muito afirmam que a PDVSA se tornou o coração, apodrecido pela corrupção, do "socialismo do século XXI" do falecido ex-presidente Hugo Chávez, à custa da outrora próspera indústria petrolífera do país.

Agora, a produção de petróleo da Venezuela caminha para encerrar 2017 no menor patamar em 25 anos. Mas o governo Maduro ainda depende pesadamente da PDVSA para ser seu motor financeiro.

Isso torna a administração da empresa mais complicada, e fontes dizem que facções políticas estão cada vez mais engajadas em lutas de poder dentro da estatal.

Uma equipe administrativa sênior nomeada em janeiro e composta por indicados políticos e militares deixou o presidente da PDVSA, Eulogio del Pino, formado na Universidade Stanford, praticamente sem poder, segundo duas fontes de alta hierarquia na estatal e no governo que pediram anonimato por medo de represálias.

A infraestrutura da empresa está em frangalhos, o número de plataformas em operação é um dos mais baixos da história e as refinarias operam com uma fração de sua capacidade. Os funcionários na antes reluzente sede da PDVSA reclamam que há muitos elevadores fora de serviço, banheiros sem papel higiênico e carros quebrados na garagem.

O governo nega as acusações de má gestão e destaca que a PDVSA apoia programas sociais e que há uma campanha da mídia direita para manchar a imagem da Venezuela. A PDVSA e os ministérios de Petróleo e da Informação não responderam a pedidos de entrevista.

Del Pino, um tecnocrata de baixo perfil que analistas do setor veem como uma figura tranquilizadora, apesar da queda de produção durante seu comando, continua nominalmente a presidir a PDVSA apesar de ter perdido muitos de seus principais executivos na reformulação de janeiro.

É o ministro do Petróleo, Nelson Martínez, ex-chefe da refinaria venezuelana Citgo, com sede nos EUA, e aliado próximo de Maduro, que cada vez mais

negocia acordos e viaja a congressos do setor petrolífero representando a Venezuela.

Entre os novos executivos de destaque estão o diretor da divisão de comercialização, Ysmel Serrano, que trabalhava para o atual vice-presidente venezuelano, Tareck El Aissami, e o vice-presidente de Finanças, Simón Zerpa, um jovem aliado de Maduro.

A ascensão de executivos de médio escalão inexperientes é muito sentida por executivos de petrolíferas estrangeiras, que dizem já ter ficado horas esperando por representantes da PDVSA. Eles ainda reclamam que decisões simples são inexplicavelmente demoradas.

"Na maioria das vezes, os executivos não retornam telefonemas nem e-mails. É surpreendente como alguns gerentes são jovens e despreparados", disse o representante de uma empresa estrangeira fornecedora da PDVSA. Ele disse que o caos operacional e gerencial vem piorando. O tempo de espera para carregar um navio petroleiro aumentou para 30 a 40 dias. Há alguns anos, era de dois a três dias.

Se os EUA concretizarem a ameaça de impor sanções ao setor petrolífero da Venezuela, a já frágil PDVSA provavelmente terá dificuldades para reagir.

"Tanto a falta de experiência gerencial cada vez maior quanto a fragmentação da hierarquia dentro da PDVSA em feudos tornam isso realmente difícil", disse Francisco Monaldi, especialista na indústria petrolífera da Venezuela do Baker Institute, em Houston. **(Colaboraram Mircely Guanipa, de Punto Fijo, e Deisy Buitrago, de Caracas)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel aprova leilão de usinas da Cemig e mantém outorga

O leilão das quatro usinas da Cemig retomadas pelo governo federal, ao final da concessão, será realizado em 27 de setembro. Os vencedores da disputa assinarão novos contratos de 30 anos para operar a capacidade de geração de 2.922 Megawatts (MW) das hidrelétricas São Simão (GO/MG), Jaguará (MG/SP), Volta Grande (MG/SP) e Miranda (MG).

Ontem, ao aprovar o edital, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a previsão de cobrança de, ao menos, R\$ 11,055 bilhões como valor mínimo da bonificação de outorga. Esse recurso é aguardado pela área

econômica do governo para ajudar a cumprir a meta fiscal deste ano. Havia a expectativa no setor de que o valor original da cobrança seria alterado para atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal exigiu o recálculo da taxa interna de retorno (Wacc, na sigla em inglês).

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse ontem que a exigência do órgão de controle foi atendida, mas não foi necessário mexer no Wacc de 8,08% ao ano e nem na bonificação de outorga. "Foi tudo recalculado, como o TCU orientou, mas o resultado significou não alterar o que já estava pronto."

O tribunal alegou que as usinas, ainda operadas pela Cemig, oferecem risco reduzido ao concessionário, basicamente por já estarem gerando energia a pleno vapor. Nos estudos do leilão, o governo considerou o mesmo parâmetro de remuneração de hidrelétricas a serem construídas, com os riscos de engenharia e de licenciamento ambiental.

Apesar de planejar a oferta de quatro usinas, o certame será realizado com apenas os Lotes A e B. A hidrelétrica São Simão - maior usina de todas, com 1.710 MW de potência - será ofertada no Lote A. No Lote B, será possível adquirir a concessão, em bloco, das demais usinas. Se as três hidrelétricas menores não forem arrematadas juntas, o bloco será desmembrado para aquisição individual pelos Lotes B1, B2 e B3.

Os vencedores da disputa serão definidos pela apresentação do lance com maior valor de outorga. O edital exige o pagamento à vista em parcela única. Essa é a principal condição para a assinatura dos contratos, prevista para o mês seguinte à realização do leilão.

O certame ocorrerá mesmo sem encerrar a briga travada na Justiça pela Cemig. A estatal mineira tenta assegurar a renovação dos contratos por mais 20 anos ou, pelo menos, garantir um acordo judicial que viabilizaria a operação conjunta das usinas com novo prazo de concessão.

O desfecho do caso na Justiça pode ocorrer no julgamento de ação cautelar no Supremo Tribunal Federal (STF), em 22 de agosto. Rufino espera uma decisão favorável ao governo para minimizar a percepção de risco para os investidores. "Claro que o risco pode afugentar algum interessado no certame. É desejável que a gente vá para o leilão com todas essas questões resolvidas", afirmou.

Apesar da aprovação do edital, a Cemig informou ontem que "ainda crê" em uma solução de consenso com a União. Em nota, alertou que o modelo da licitação "acarretará um grande prejuízo ao consumidor". A empresa lembrou ainda que o TCU indicou, em parecer, que a cobrança de outorga embutirá um ônus aos clientes superior a R\$ 1,34 bilhão por ano pelos 30 anos da concessão.

Hoje, o tribunal analisa o pedido de medida cautelar apresentado pelo governo de Minas Gerais e a estatal para impedir a realização do leilão.

Para pressionar o STF, deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais informaram que estariam reunidos ontem, acompanhados do governador Fernando Pimentel, com o ministro da Corte Dias Toffoli, para apresentar os impactos negativos da venda das usinas para a economia local.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Petrobras deve ter lucro achatado por provisão sobre Plano Petros

A conclusão da venda da Nova Transmissora do Sudeste (NTS) e o reconhecimento de possível perda em processo judicial relacionado ao Plano Petros são os principais fatores que deverão influenciar o resultado da Petrobras no segundo trimestre. A estatal vendeu a NTS, por US\$ 4,23 bilhões, para fundo gerido pela Brookfield. Já a questão relacionada ao Plano Petros terá impacto negativo de R\$ 6,5 bilhões. O balanço será divulgado amanhã, após o fechamento do mercado.

Com relação a igual período do ano passado, a expectativa de analistas consultados pelo **Valor** é de queda da receita operacional líquida, mas de crescimento expressivo na última linha, devido à base menor de comparação. Já sobre o primeiro trimestre deste ano, a previsão é um resultado menos robusto, devido à queda do preço do petróleo e das margens de refino.

A média com base nas projeções de oito casas de análise (BTG Pactual, Santander, UBS, Morgan Stanley, Credit Suisse, Goldman Sachs, JP Morgan e Itaú BBA) indica queda de 5,4% da receita operacional líquida da Petrobras no segundo trimestre, ante igual período de 2016, para R\$ 67,4 bilhões.

Na mesma comparação, a média indica um crescimento de 8,6% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para R\$ 22 bilhões, e alta de 662% do lucro líquido, totalizando R\$ 2,8 bilhões, ante os R\$ 370 milhões apurados de abril a junho de 2016.

O lucro obtido no segundo trimestre do ano passado - período em que houve a transição da gestão de Aldemir Bendine, preso no último mês na 42ª fase da operação "Lava-Jato", para a de Pedro Parente - foi influenciado por despesas com o plano de demissões voluntárias e uma baixa contábil relativa ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Na avaliação dos analistas, em geral, o itens não recorrentes deverão ter grande influência no resultado do segundo trimestre deste ano. Para o Itaú BBA, o resultado deve considerar um ganho de R\$ 6,7 bilhões pela venda de 90% da NTS, além da perda de R\$ 6,5 bilhões referente ao provisionamento do processo relacionado ao Plano Petros, uma provisão de US\$ 73 milhões relativa aos acordos para encerrar ações individuais na Justiça dos Estados Unidos e uma perda de R\$ 308 milhões relacionada à aderência ao Programa de Regularização Tributária (PRT).

Com relação à venda da NTS, o Santander e o Credit Suisse chamam a atenção para o fato de que, com a rede de 2.050 km de gasodutos operada a partir de abril pela Brookfield, a Petrobras tem que arcar com custos relativos à contratação de longo prazo da capacidade de transporte dessa malha. O banco suíço estima que essa despesa seja de US\$ 1 bilhão por ano, a partir do segundo trimestre.

Sobre o Plano Petros, não há muita dúvida. No fim de junho, a estatal informou ao mercado que decidiu reconhecer como provável a perda em processo judicial na qual questiona despesas relacionadas à repactuação do Plano Petros. "A estimativa atual de impacto negativo no resultado bruto consolidado no segundo trimestre de 2017 é de R\$ 6,5 bilhões", informou a Petrobras, na ocasião.

Apesar dos muitos efeitos não operacionais, o J.P. Morgan diz esperar que a Petrobras divulgue um bom resultado operacional, sustentado, principalmente, pelos preços do Brent ainda elevados, beneficiando o segmento de exploração e produção, parcialmente compensados pelos números mais fracos de refino, devido aos preços menores de combustíveis.

Para o Goldman Sachs, os investidores ficarão focados em entender a geração de fluxo de caixa da Petrobras, considerando o fato de que a companhia tem executado um montante de investimentos em novos projetos abaixo do projetado, colocando riscos à meta de crescimento da produção.

Na comparação com o trimestre anterior, os analistas preveem resultado menos robusto. Os principais motivos são valor menor do Brent, ante os primeiros três meses do ano, e queda das margens de refino.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner****Título: Repsol Sinopec elogia mudança regulatória**

As mudanças regulatórias no setor de petróleo e gás brasileiro estão sendo acompanhadas de perto pelo presidente da Repsol Sinopec Brasil, Leonardo Junqueira. Como seus pares da indústria, Junqueira é reservado quanto à participação da empresa na 14ª Rodada de Licitações, e no 2ª e 3ª Rodadas de Partilha da Produção que serão realizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) este ano, que ele acha que serão competitivos. "Estamos olhando a fundo, com equipes visualizando oportunidades". Só mais à frente, diz ele, a estratégia da Repsol Sinopec será definida, caso a decisão seja participar.

O executivo também evita falar em números de investimentos para 2017 e os próximos anos. Afirma que é "injusto" fazer qualquer comparação entre o investimento de outras companhias e da Repsol, que está no Brasil há 20 anos, fez robustos investimentos já maduros e tem projetos na carteira suficientes para os próximos dez anos.

"Temos uma história mais antiga e agora o momento é de consolidar o portfólio. O que não significa não crescer. E crescer é concluir os projetos que temos. As rodadas estão aí, vamos avaliar e alguma decisão será tomada nos próximos meses", frisa.

A empresa tem participação na produção dos campos de Albacora Leste, Sapinhoá e Lapa, no antigo BM-S-9 do pré-sal, que lhe garantem o posto de terceira maior concessionária do país com produção de quase 100 mil barris de óleo e gás por dia. Considerando apenas a parcela de petróleo a que tem direito nos campos onde é sócia, a Repsol fica atrás somente de Petrobras e Shell.

A Repsol Sinopec obteve lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão em 2016 no país, dos quais 60% são consolidados na empresa espanhola, que foi de € 1,736 bilhão no ano passado, e 40% na sócia chinesa.

A companhia fez uma série de ajustes desde 2014 para se adequar à queda do preço do petróleo e agora Junqueira repete algumas vezes as palavras eficiência, resiliência e austeridade para definir o estado atual de ânimo da empresa que dirige, depois do susto com a queda dos preços do petróleo em 2014 e 2015, que levou ao que ele chama de fase de acomodação em 2016. "Hoje é pouco provável que você visualize alguém da indústria com uma perspectiva muito otimista com relação ao preço da commodity", afirma.

As mudanças que estão acontecendo na regulamentação brasileira são elogiadas, particularmente a escolha de nomes como o de Décio Oddone para a ANP, de Luiz Barroso na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Márcio Félix na secretaria de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia. "Foram colocadas pessoas chave que vieram do setor, o que transmite tranquilidade. Porque independentemente do governo, aquelas pessoas vão ficar durante o mandato. E eles têm uma visão de desenvolvimento da indústria, não é só pró-indústria, mas pensam na sustentabilidade no longo prazo."

Na avaliação do executivo, uma grande melhora virá com as mudanças na política de conteúdo local para os novos leilões e a proposta de modificação nas regras de "waiver" que permitirão reduzir os percentuais de nacionalização inicialmente contratados.

A proposta da ANP, segundo ele, veio com a intenção de simplificar e pode realmente destravar investimentos. "Acho que em função das oportunidades, do portfólio de projetos que o Brasil venha a oferecer, você vai trazendo fornecedores. E à medida que você trazer novos fornecedores, com novos projetos, provavelmente a ANP vai poder ajustar novamente esse compromisso de conteúdo local." Junqueira até defende que sejam criadas regras de proteção à indústria local desde que "com níveis factíveis e não com aqueles níveis irrealistas do passado" que afastaram investimentos. E lembra que, com mais empresas de petróleo atuando no Brasil, vai-se evitar ter uma cadeia de fornecedores dependendo de um único cliente.

O presidente da Repsol Sinopec vê a possibilidade agora de alguns projetos saírem da prateleira. E cita Pão de Açúcar, enorme campo de gás descoberto na Bacia de Campos no bloco BM-C-33, que hoje tem a Statoil como operadora e a Petrobras como sócia. O que não dava para continuar é, diz ele, em um cenário de preços apertados, correr o risco econômico de uma penalização por desrespeito ao conteúdo local "que não é cumprido porque a indústria não consegue entregar aquilo com o qual se comprometeu dez anos atrás". Pão de Açúcar, que permitirá produzir 15 milhões de metros cúbicos de gás por dia, é um dos projetos da carteira da Repsol que pode "voar" segundo Junqueira, dependendo do amadurecimento do mercado de gás. Um incentivo relevante seria a introdução de energia termelétrica na base do sistema de geração elétrica no país.

Este ano a Repsol completa 20 anos no Brasil. Já foram investidos US\$ 8,5 bilhões, sem incluir a área de refino. Em 2010, com a intensificação dos investimentos no pré-sal, a Repsol começou a estudar uma abertura de capital no país, que foi substituída por aumento de capital privado que trouxe US\$ 7,1 bilhões para o caixa da companhia aportados pela Sinopec. Atualmente a

companhia também tem participação nos blocos BM-S-50 (Sagitário), BM-S-51 (Lebre) e BM-S-21 (Malombe e Magadi), em fase de exploração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Camila Maia

Título: Após 2 anos, programa de estatais da B3 ganha adesões

Depois de quase dois anos aguardando o interesse das empresas, o Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 (ex-BM&FBovespa) recebeu suas primeiras adesões - e, logo de cara, de duas gigantes: Petrobras e Banco do Brasil (BB).

As duas empresas atenderam a todas as medidas obrigatórias para a certificação no programa da bolsa. Agora, ambas deverão divulgar no formulário de referência informações sobre a estrutura e o orçamento da área de controles internos e compliance e têm, até 7 de agosto de 2020, para incorporar integralmente as normas previstas.

Segundo o advogado Davi Tangerino, do escritório Trench Rossi Watanabe, que foi contratado para conduzir investigações internas na Petrobras, a adesão ao programa de governança é o "resultado natural" das mudanças implementadas para aprimorar controles. "O conjunto da obra animou a Petrobras a pedir adesão ao selo", afirma.

Para o especialista em governança corporativa Alexandre Di Miceli, professor da Fecap e sócio da consultoria Direzione, a busca por credibilidade após os escândalos de corrupção também explica parte do interesse no programa. "Esse selo dado pela bolsa é uma condição necessária, mas não é suficiente para assegurar a governança, porque mantém a mentalidade de 'checklist'", diz. "É uma boa iniciativa, mas não são medidas tão diferentes do que essas empresas já têm ou terão que ter por lei."

O programa da B3, de adesão voluntária, foi criado para estatais abertas ou em processo de abertura de capital e quer incentivar o aprimoramento de práticas de governança. Com o lançamento, em junho do ano passado, da Lei de Responsabilidade das Estatais, parte do programa foi revisado para adequá-lo às normas legais.

Em entrevista **Valor**, a diretora de regulação de emissores da bolsa, Flavia Mouta, destaca o papel fiscalizador que a iniciativa tem e o fato de algumas regras trazerem exigências maiores em relação ao marco legal - como a alternativa de 30% de membros independentes no conselho de administração; a

lei estipula 25%. "Não nos surpreende o tempo que levou [para o anúncio]. Conforme as empresas interiorizarem os componentes da Lei das Estatais, isso pode viabilizar novas adesões." A BB Seguridade debaterá a adesão ao programa em assembleia geral no dia 31.

Em resposta encaminhada à reportagem, o diretor de estratégia e organização do BB, Carlos Netto, afirmou que a instituição já contava com estruturas exigidas tanto pela nova lei, quanto pelo programa, caso do comitê de auditoria. "Há mais de um ano, o banco tem realizado aprimoramentos em seus mecanismos de governança, motivo pelo qual, somente agora, optou por fazer o pedido de certificação."

Em evento promovido ontem pela revista "Exame", o presidente da Petrobras, Pedro Parente, declarou que a participação no programa da bolsa "certamente ajuda muito em todos os aspectos", sem entrar em detalhes.

Tangerino admite que nenhum programa de governança é capaz de zerar o risco de que atos como os cometidos no passado voltem a acontecer, "mas a estrutura montada permite detectar os problemas mais rapidamente e remediá-los". "Nem o programa e nem a lei conseguirão dar essa garantia ao investidor, mas vão auxiliar na retomada da credibilidade dessas empresas", diz Flavia, da B3.

A certificação do banco e da petroleira chega em um momento em que um de seus principais ex-executivos tem sido notícia: Aldemir Bendine. Em 31 de julho, o juiz federal Sergio Moro determinou a prisão preventiva de Bendine, acusado de estar envolvido em pagamentos de propinas pela Odebrecht. No lançamento do programa para estatais da B3, em setembro de 2015, Bendine presidia a Petrobras. O executivo também ocupou por seis anos a presidência do BB, de 2009 a 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Francisco Góes

Título: Conversão de ações PNA em ON deve superar piso de 54% fixado pela Vale

A conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias da Vale, cujo prazo para adesão ao processo se encerra na sexta-feira, deve atingir e até mesmo superar o "piso" definido para a operação, segundo estimativas de mercado. Os controladores da Vale fixaram a adesão mínima de 54,09% dos preferencialistas para que a transação vá adiante - o equivalente a cerca de 1 bilhão de ações PNA da mineradora. Fontes próximas à companhia dizem que a operação está

indo bem e que o percentual mínimo de adesão dos preferencialistas deve ser atingido.

O percentual de 54,09% foi fixado pela Valepar, a holding que controla a Vale, como forma de fazer com que os atuais controladores (Bradesco, fundos de pensão liderados por Previ, Mitsui e BNDESPar) sejam diluídos abaixo de 50% das ações ordinárias da mineradora. O otimismo com a operação é compartilhado pelo mercado.

"A chance de aprovação da operação é altíssima", afirma Ivano Westin, analista de mineração e siderurgia do Credit Suisse. Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Vale que tratou da conversão, em junho, a troca de ações foi aprovada por 68% dos votos das preferenciais presentes, excluídas as abstenções. Agora, para a operação ser bem sucedida, será preciso que quem votou a favor na assembleia faça a adesão. E será preciso ainda o apoio de outros preferencialistas. Na AGE, 20% das preferenciais (386 milhões de ações) votaram contra a conversão. O voto contrário foi da Capital Group, maior preferencialista da Vale.

Westin diz que, se a operação for aprovada, o preferencialista que não acompanhar corre o risco de ficar com uma ação (PNA) da Vale com liquidez reduzida. Ele citou o fato de a Vale ter feito uma campanha informativa aos investidores na internet e na mídia tradicional, a qual deve garantir o apoio da maioria dos investidores pessoas físicas à transação. As pessoas físicas no varejo brasileiro detêm 16% das preferenciais da mineradora. Há estimativas de fontes no mercado segundo as quais a adesão das pessoas físicas à conversão já ultrapassou os 54% das PNs detidas por essa classe de investidor.

Outro investidor importante para a operação, os fundos passivos, devem deixar para converter no fim do prazo como forma de evitar ficarem com suas ações bloqueadas para negociação. Esses fundos têm cerca de 11% das PNAs da Vale, nos cálculos do Credit Suisse. Westin afirma que esses fundos podem ser estimulados a migrar para as ONs em função do "rebalanceamento" dos índices na B3. Caso a adesão seja igual ou maior do que 54,09%, as ações preferenciais serão excluídas dos índices da bolsa a partir de segunda-feira, e suas posições convertidas em Vale ON. O fator de conversão fixado na operação foi de 0,9342, o que embute desconto de 6% nas PNs na troca por ONs.

Até o momento é difícil estimar com precisão qual pode ser o percentual de adesão final à operação da Vale. Projeções de mercado consideram que se os investidores que votaram a favor da conversão de PNA em ON na AGE da Vale, no fim de junho, confirmarem o voto na "janela" de conversão, até sexta, o percentual total da adesão poderia ficar na casa dos 70%. Mas o número não é

oficial. E, portanto, será preciso esperar o fechamento da transação para ter certeza sobre os números. A Vale não se pronunciou sobre a operação.

MME / ASCOM